

TURQUIA E UNIÃO EUROPEIA: EXPLICANDO UMA RELAÇÃO RESILIENTE

Paula Sandrin

O processo de adesão da Turquia à União Europeia é sem dúvida o mais complexo e longo de todos os processos de alargamento do bloco. A Turquia é o país que esperou por mais tempo para entrar na União Europeia, sempre ameaçando desistir, mas nunca de fato partindo. O que se busca explicar aqui não são apenas os motivos de tamanha complexidade, mas o porquê da persistência dessa relação que já dura mais de 50 anos.

As relações entre o país e o bloco se iniciaram em 1959, quando a Turquia solicitou pela primeira vez sua adesão como membro associado da então Comunidade Econômica Europeia. Desde então, essa relação foi marcada por inúmeras rupturas e recomeços. O que explica a continuidade desse relacionamento apesar dos inúmeros obstáculos enfrentados e quais são os prognósticos para essa relação considerada tão problemática?

O argumento que será avançado é que a adesão à União Europeia se tornou uma política de estado na Turquia, não em função da internalização dos méritos de se tornar um membro do bloco, mas devido à interpretação, por parte de todos os principais atores políticos do país, do significado de uma eventual *aceitação* da Turquia pela União Europeia. Em outras palavras, ser aceito se tornou mais importante do que de fato participar do projeto de integração.

Essa interpretação particular é decorrente do histórico de relações entre a Turquia e a Europa, que antecede o pedido de adesão como membro associado em 1959 e que, de fato, antecede a própria criação da República em

1923. Portanto, o que será argumentado é que, apesar dos inúmeros percalços que marcam as relações entre esses dois atores, a negociação pela adesão deve continuar a ser perseguida pela Turquia, independente do partido político que governe o país.

Para explicar esse argumento, primeiramente será provido um histórico das relações Turquia-União Europeia, com ênfase no período pós-2005, quando as negociações para a adesão foram iniciadas. Então, os fatores internos à União Europeia e à Turquia que vêm complicando essa frágil relação desde 2005 serão visitados. Ao longo desse percurso, será demonstrado como uma eventual aceitação do país por parte da União Europeia se tornou tão crucial domesticamente. Por fim, será feita uma análise do potencial de cooperação entre a Turquia e a União Europeia em política externa como consequência da Primavera Árabe.

Em 1963, o processo iniciado em 1959 foi concluído e a Turquia se tornou membro associado da Comunidade Econômica Europeia. O então Primeiro Ministro, Ismet Inonu, na ocasião da assinatura do Acordo de Ancara, disse que “sendo um membro do mundo ocidental e, tendo em vista nosso regime, desde o começo fomos entusiastas da Comunidade Econômica Europeia. Nós queremos fazer parte da comunidade” (Bozdaglioglu, 2003, p. 69, tradução livre¹). Da mesma forma, o então vice Primeiro Ministro argumentou que “o desejo da Turquia de participar da Comunidade Econômica Europeia como membro associado não foi baseado apenas em um simples cálculo de curto prazo. [Participar da Comunidade] confirma que a Turquia compartilha o mesmo destino com o Ocidente livre e que as fronteiras da Europa são traçadas ao leste e ao sul da Turquia (Turhan Fevzioglu, em Bozdaglioglu 2003, p. 69). O então Ministro das Relações Exteriores reconheceu que o acordo era “essencialmente um acordo econômico”, mas enfatizou que “confirmava e aprovava o desejo da Turquia de ser parte da Europa” (Bozdaglioglu, 2003, p. 70).

Esse desejo de ser aceito como parte da Europa e de, mais profundamente, ter a identidade do país confirmada como europeia, é produto da dinâmica de relações entre a Turquia e seu antecessor, o Império Otomano, e o continente europeu.

O declínio do Império Otomano a partir do século 18 foi ocasionado, dentre outros fatores, por movimentos nacionalistas, alguns dos quais foram

apoiados pela Europa e derrotas militares, muitas delas para países europeus. Para líderes otomanos, a Europa passou a ser considerada uma ameaça direta – ao derrotar o Império no campo de batalha – ou indireta – ao alimentar descontentamento entre os povos sob domínio otomano. Com o intuito de prevenir o declínio e fundamentalmente sobreviver, o império adotou uma estratégia que mais tarde exerceria um grande impacto sobre a visão de mundo das elites otomanas e depois das elites republicanas: a modernização de acordo com padrões europeus para ser reconhecido como igual.

Em primeiro lugar, tendo reconhecido a superioridade militar e administrativa da Europa, um programa de modernização das forças armadas e da administração pública foi adotado de 1839 a 1876. Em segundo lugar, o Império tentou ser reconhecido como parte do sistema de Estados europeus (Karaosmanoglu, 2000, p. 203). Apesar do Tratado de Paris (1856) aparentemente conceder esse reconhecimento, o fato de o sistema de capitulações não ter sido abandonado demonstra que o Império não era considerado um membro pleno, já que sua soberania continuava a ser desrespeitada (Bilgin, 2009, p. 116). Portanto, em um primeiro momento, ser aceito como membro da Europa foi uma estratégia de sobrevivência.

O Império Otomano finalmente entrou em colapso após a Primeira Guerra Mundial e, além de ter perdido todos os territórios localizados fora da Anatólia, o território da atual Turquia foi dividido entre os vencedores do conflito. O Tratado de Sèvres (1920), que formalizou a partilha, passou a representar a culminação de planos europeus para desintegrar o Império e exacerbou o já presente medo das más intenções europeias em relação aos turcos.

Após a fundação da República em 1923, as reformas modernizantes e ocidentalizantes, iniciadas no século 19 e continuadas pelos Jovens Turcos (1908-1918), foram retomadas pelo governo de Mustafa Kemal Atatürk. No entanto, as reformas promovidas por Atatürk foram ainda mais profundas: o objetivo não era apenas modernizar o país para que fosse reconhecido como um parceiro em pé de igualdade visando à sobrevivência. As reformas de Atatürk almejavam uma completa ruptura com o passado otomano e islâmico e a reorientação da Turquia em direção à “civilização europeia”. Na visão de Mustafa Kemal, a Turquia deveria ser um país moderno, ocidental, secular e homogêneo (apesar da heterogeneidade da população).

Com o tempo, ser reconhecido como igual deixou de ser apenas uma estratégia de sobrevivência e passou a ser crucial para confirmar a construção

da identidade Turca como ocidental. O reconhecimento e aceitação da Europa passou a ser particularmente cobiçada, dada a fragilidade dessa construção internamente. A tentativa durante o período republicano de incutir na população essa particular construção identitária – por meio do sistema educacional e serviço militar; controle, marginalização e opressão de grupos resistentes como conservadores religiosos (*muhafazakarlar*), curdos, e minorias religiosas ou não turcas como os alevitas, armênios, gregos e judeus – não foi bem sucedida. A heterogeneidade da população, com diferentes concepções identitárias, persistiu.

Portanto, para a elite republicana – que historicamente povoou o judiciário, as forças armadas e partidos políticos como o CHP (Partido Republicano do Povo) - a aceitação e reconhecimento por parte da Europa passou a ser visto como elemento fundamental de uma estratégia para assegurar uma identidade precária e frágil, sujeita a contestações até mesmo violentas (e reprimidas com ainda mais violência).

É interessante notar, no entanto, que a Europa passou a ser ao mesmo tempo admirada e temida. A desconfiança em relação à Europa, resultado da chamada “Síndrome de Sèvres” (em referência ao Tratado acima mencionado), é particularmente visível na posição adotada pelas elites republicanas em relação à adesão à União Europeia. Apesar do desejo de se tornar membro do bloco para ter a identidade ocidental da Turquia confirmada, há uma rejeição às condições que devem ser cumpridas durante o processo de adesão. As elites republicanas são bastante sensíveis quanto à soberania do país, já que uma violação de soberania é interpretada como um possível primeiro passo para a desintegração do país. Dessa forma, demandas europeias para a cessão de mais direitos para minorias como os curdos são filtradas pela Síndrome de Sèvres e percebidas como a mais nova tentativa europeia de desintegrar o país. Portanto, apesar da aceitação como membro da União Europeia ser um objetivo dessas elites, participar do processo de integração, que envolve a delegação de certos poderes para Bruxelas, é visto como problemático.

Durante a Guerra Fria, a Turquia continuou a se aproximar do Ocidente em geral, e da Comunidade Europeia em particular e, em 1987, o país solicitou adesão como membro pleno. O então Ministro das Relações Exteriores, Vahit Halefoglu, explicou que a solicitação era “resultado de nosso objetivo de integrar a Turquia à civilização ocidental desde o estabelecimento da República” (Bozdaglioglu, 2003, p. 70).

Em 1999, a União Europeia finalmente concedeu ao país o status de candidato a membro do bloco. Uma série de reformas foi conduzida, primeiramente pelo governo de coalizão liderado por Bulent Ecevit no período de 1999 a 2002, e depois pelo governo do partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) liderado pelo Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan, no poder desde então. Como resultado do programa de reformas, a União Europeia decidiu que a Turquia havia cumprido os critérios de Copenhagen e que as negociações para a adesão poderiam ser iniciadas em 2005.

Desde então, apenas um dos 35 capítulos da chamada *acquis communautaire* foi concluído e apenas 13 estão sendo negociados. A maior parte dos demais capítulos está bloqueada pelo Chipre, pela França ou pelo Conselho Europeu. Na Turquia, o ritmo das reformas desacelerou. Entre 2010 e 2013 nenhum capítulo foi aberto para negociação. Ou seja, desde 2005, o ano que parecia coroar uma relação tortuosa, mas resiliente, entre a Turquia e a União Europeia, a possibilidade de adesão se tornou mais remota. Os motivos dizem respeito às questões internas da União Europeia e da Turquia.

Desde o início das negociações, alguns líderes europeus, notavelmente da Áustria e da Alemanha, discursaram a favor de um arranjo alternativo à adesão para a Turquia. A proposta em geral versava ao redor de uma “parceria privilegiada” que excluiria o país do processo decisório e ofereceria poucas vantagens em relação ao que a Turquia já aproveita como membro associado e integrante da união aduaneira (da qual faz parte desde 1995). A França e a Áustria também indicavam que a potencial adesão turca deveria ser aprovada em referendos nacionais. O ex-Presidente francês, Nicolas Sarkozy, se opunha abertamente à entrada do país no bloco.

Esse tipo de discurso e atitudes proveu munição aos eurocéticos na Turquia e causou frustração na população em geral. A percepção generalizada passou a ser que o país, não obstante todas as reformas já feitas e em andamento para acomodar a *acquis communautaire*, jamais seria aceito por uma União Europeia que não cumpria suas promessas. Uma drástica queda no apoio à entrada do país na UE se seguiu: em 2004, 73% da população se declarava a favor da adesão; a partir de 2007, esse índice variou entre 34 e 48% (Independent Commission on Turkey, 2004, p. 9).

Além disso, a crise econômica e financeira na qual a União Europeia mergulhou desde 2008 teve como consequência um aumento da oposição de populações europeias à adesão de um país predominantemente muçulmano.

Essa oposição não se restringe à Turquia, mas faz parte de um debate mais amplo sobre a (falta de) integração de populações imigrantes na Europa feito em eleições locais, nacionais e europeias, e que é em parte responsável pela ascensão de partidos de extrema direita em diversos países europeus. No entanto, a presença de cerca de 9 milhões de turcos e descendentes em território europeu intensificou a rejeição. Em suma, uma Europa em crise não parece disposta a acolher novos membros, em particular um país populoso e majoritariamente muçulmano como a Turquia.

Na Turquia, essa crescente oposição por parte da Europa reforçou a falta de determinação do governo em prosseguir com as reformas demandadas pelo processo de adesão – algumas delas bastante dolorosas. A falta de comprometimento do governo do partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) também foi em parte resultado de problemas internos enfrentados: supostos planos para a derrubada do governo, um processo da Corte Constitucional para fechar o partido e uma ameaça de intervenção por parte dos militares. A partir de 2007, o ritmo das reformas diminuiu consideravelmente.

Ainda assim, o governo conseguiu realizar mudanças importantes, notavelmente no que diz respeito ao equilíbrio de poder entre civis e militares e à questão dos curdos.

É interessante explicar, não obstante a desaceleração do ritmo de reformas, os motivos pelos quais este partido com raízes islâmicas tomou para si o objetivo de adesão. Essa questão se torna relevante já que, historicamente, os partidos turcos de inclinação islâmica que antecederam e influenciaram o AKP, como aqueles liderados por Necmettin Erbakan, opunham-se à adesão à União Europeia.

Os partidos liderados por Erbakan eram contrários à orientação europeia e ocidental em política externa e eram favoráveis a um papel de liderança do país no mundo muçulmano. Para Erbakan, a União Europeia nada mais era do que um plano para assimilar a Turquia muçulmana em uma união cristã (Bozdaglioglu, 2008, p. 65- 66).

Já o AKP, em vez de adotar um discurso “Islã X Ocidente”, chegou ao poder em 2002 sendo a favor da entrada do país na União Europeia, uma guinada surpreendente na política externa do partido.

Para a oposição, o AKP abraçou a causa da adesão por razões instrumentais: diminuir o poder dos militares e fortalecer seu próprio poder político. Apesar de estar claro que o processo de adesão beneficiou o AKP, já que seus

opositores foram enfraquecidos e a balança entre civis e militares agora pende em favor dos primeiros, argumenta-se aqui que o AKP herdou das elites republicanas o desejo de ser aceito pela União Europeia.

No caso do AKP, a razão não é ter uma identidade ocidental confirmada, já que a construção da identidade turca articulada pelo AKP privilegia o aspecto multicivilizacional – com ênfase no componente sunita. As elites conservadoras, representadas pelo AKP, perseguem a adesão por uma questão de prestígio. Os discursos de líderes do partido frequentemente enfatizam que, a despeito das reformas ainda não concretizadas, a Turquia já se encontra no mesmo patamar da Europa.

Em um artigo intitulado “The Robust Man of Europe”, o Primeiro Ministro Erdogan notou que: “A Turquia é um player regional, um ator internacional com uma gama em expansão de poder brando e uma economia considerável e resiliente. [...] Às vezes me pergunto se o poder da Turquia é um impedimento à sua adesão”. O Primeiro Ministro ainda acrescentou: “faz mais de meio século que a Turquia bateu na porta da Europa [...] a Turquia de hoje é diferente. Não somos mais um país que espera na porta da União Europeia como dócil requerente [...] A Europa não tem alternativa real à Turquia. Especialmente em uma ordem global na qual o equilíbrio de poder está se modificando, a União Europeia precisa da Turquia para se tornar ainda mais forte, rica, inclusiva e segura. Eu espero que não seja tarde demais para que nossos amigos europeus descubram isso” (Erdogan, 2011, *Newsweek* p. n/d).

Ou seja, a ideia de que a Turquia deveria ser aceita como um membro da Europa, primeiramente formulada como uma estratégia de sobrevivência e depois transformada em uma necessidade de confirmação da identidade ocidental do país, é invertida. No discurso do AKP é a Europa que precisa da Turquia. A Turquia já é um parceiro igual e a Europa precisa reconhecer esse fato. Suat Kiniklioglu, vice-presidente do AKP para assuntos externos, aponta para a “incapacidade [do bloco] de tratar a Turquia como um parceiro estratégico em vez de apenas como um país candidato qualquer [...] A Turquia não está contente com uma relação frágil, injusta e desigual com a Europa. [O país] busca uma posição apropriada, respeitosa e digna”. (Kiniklioglu, 2011, p. 66-68). Ou seja, a elite conservadora representada pelo AKP continua perseguindo uma eventual aceitação por parte da União Europeia. No entanto, neste caso, essa aceitação é desejada por uma questão de prestígio, orgulho e dignidade.

O AKP e seu eleitorado também compartilham uma visão ambivalente sobre a Europa com as elites republicanas e como resultado são igualmente sensíveis a qualquer tipo de ação interpretada como intromissão na soberania do país. Portanto, apesar da visão de mundo e política externa das elites republicanas e conservadoras serem consideradas antitéticas, ambas perseguem o objetivo de serem aceitas como membro pleno da União Europeia, sem que isso signifique interferência na soberania do país – o que, naturalmente, não é um objetivo realista.

Depois de um período no qual quase nenhum progresso foi atingido, as relações entre Turquia e União Europeia pareceram melhorar em 2013. François Hollande, eleito presidente da França em 2012, moderou a oposição à adesão da Turquia e desbloqueou a abertura do Capítulo 22 (Política Regional e Coordenação de Instrumentos Regionais), um dos que haviam sido unilateralmente vetados pela França e o primeiro a ser aberto em três anos.

As negociações sobre este capítulo se iniciaram em novembro de 2013 e, em janeiro de 2014, o Presidente Hollande visitou a Turquia. No mesmo mês, o Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan realizou sua primeira visita à Bruxelas em cinco anos. Na Alemanha, o novo governo de coalizão abandonou o uso do termo “parceria privilegiada”. Apesar da mudança retórica não sinalizar uma mudança de posição, a linguagem mais moderada sinaliza uma abordagem mais cautelosa. No entanto, apesar desses avanços vistos desde o início de 2013 nas relações entre Turquia e União Europeia, obstáculos persistem.

Internamente, a Turquia continua a enfrentar uma série de problemas e ainda precisa realizar uma série de reformas para se adequar à *acquis* europeia. A difícil transformação do país em uma democracia que respeita liberdades e direitos fundamentais é em parte explicada pela polarização entre os principais atores políticos domésticos. Com a perspectiva de adesão menos concreta em função da falta de comprometimento por parte da União Europeia, grupos políticos e da sociedade civil que se uniram do período 1999-2005 perderam a causa comum em função da qual colocaram de lado suas divergências.

Essa polarização pode ser vista mais claramente em dois recentes episódios: o os protestos de Gezi de junho de 2013 e os escândalos de corrupção que envolveram membros do AKP no final de 2013 e início de 2014 (Independent Commission on Turkey, 2014, p.21).

As manifestações contra a destruição do Parque Gezi em Istambul para a construção de um shopping center em junho de 2013 demonstraram com

bastante clareza a polarização entre o governo e parte da sociedade civil. A resposta brutal da polícia às manifestações iniciais incharam os protestos que se espalharam para outras cidades e passaram a reunir um grupo bastante heterogêneo incluindo ambientalistas, socialistas, seculares, kemalistas, anarquistas, curdos, muçulmanos anti-capitalistas, o movimento GLBT e feminista, acadêmicos, torcedores de times de futebol e nacionalistas. Apesar de apresentarem demandas diversas, esses grupos foram capazes de se unir contra a desmedida reação policial e o crescente autoritarismo e interferência no estilo de vida da população do governo de Erdogan.

O escândalo de corrupção que emergiu ao longo do final de 2013 e início de 2014 evidenciou a crescente rixa entre os antigos aliados AKP e o movimento liderado por Fethullah Gulen. Para o AKP, a infiltração por membros do movimento na polícia, no judiciário e na mídia se tornou um incômodo. Para o movimento, o estilo de governo cada vez mais autoritário do Primeiro Ministro Erdogan é intolerável.

Essa crescente polarização, combinada com retrocessos na liberdade de expressão – incluindo mas não se restringindo em absoluto ao banimento temporário do Twitter e do You Tube – e nas reformas do judiciário – historicamente marcado por deficiências estruturais e cada vez mais sujeito à interferências políticas – colocam em dúvida a capacidade e vontade política do país de seguir com as reformas necessárias para se tornar membro da União Europeia.

Uma possível brecha para aproximação seria no âmbito da política externa.

O governo AKP ambicionava transformar a Turquia em um líder regional com política externa autônoma. Desde 2007, quando a Turquia se alinhou a quase 100% das declarações da Política Externa e de Segurança Comum, a taxa de compatibilidade declinou continuamente: em 2013, o índice foi de apenas 46% (Comissão Europeia, 2007 e 2013).

No entanto, a autoconfiança do país foi profundamente abalada pela Primavera Árabe e, como resultado, a “soberba” vista em relação ao Ocidente em geral e à União Europeia em particular foi moderada. A Turquia passou a buscar uma maior colaboração com países ocidentais, tal como visto na decisão de aceitar em território turco a instalação de radares para um escudo antimísseis da OTAN e de participar da intervenção da OTAN na Líbia em 2011 após hesitação inicial. Essa aproximação pode vir a beneficiar também as relações entre Turquia e União Europeia, pelo menos no quesito política externa.

Os laços que a Turquia vinha construindo com países do Oriente Médio desde 2002, como parte da política de “zero problemas com vizinhos”, foram sendo progressivamente desgastados. A derrubada do governo amigo de Mohammed Morsi no Egito fez com que a Turquia criticasse duramente o regime militar, o que a afastou não apenas do governo do Cairo, mas também da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.

O conflito na Síria teve consequências ainda mais graves para a Turquia tanto domesticamente quanto no plano regional. Inicialmente, a Turquia enviou delegações ao país para assessorar o regime de Bashar al-Assad a elaborar reformas democráticas que acomodassem as demandas da oposição. Após ser ignorado, o governo de Erdogan passou a apoiar os rebeldes, inclusive com ajuda militar, o que comprometeu as relações da Turquia também com o Iraque e o Irã. A Turquia ainda tem que lidar com mais de 1 milhão de refugiados sírios em seu território, com a ascensão de curdos da Síria e com a crescente influência de grupos islâmicos radicais na Síria e no Iraque.

Essas novas dinâmicas e complicações que surgem na região em função da Primavera Árabe, em especial a radicalização da guerra civil na Síria e a crise de refugiados, podem criar incentivos para que a Turquia e a União Europeia alinhem suas políticas externas e lidem conjuntamente com os desafios no Oriente Médio.

E, de fato, a União Europeia e a Turquia, desde 2010, vêm participando de diálogos regulares para discutir questões de política externa, mesmo em um período no qual o processo de adesão permanecia adormecido. A Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, e o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Ahmet Davutoglu, têm se encontrado frequentemente para discutir questões relacionadas aos Balcãs, Norte da África, Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central.

Ou seja, a área de política externa poderia se tornar uma “porta de entrada” para reconfigurar essa relação tão problemática. A Turquia, ao ser incluída em discussões concernentes à sua vizinhança, se sentiria tratada como uma potência regional e como consequência tenderia a se portar de forma mais conciliatória. Já a União Europeia se beneficiaria da experiência de um ator com importantes interesses em jogo na região.

Em suma, o que se buscou explicar aqui foi a persistência da relação entre a Turquia e a União Europeia, apesar de todos os obstáculos enfrentados. No

que concerne a Turquia, é possível dizer que, como resultado do histórico das relações entre esses dois atores desde o século 19, os principais grupos políticos e sociais do país almejam uma eventual aceitação como membro pleno do bloco, apesar da visão ambivalente sobre a União Europeia e a sensibilidade no que tange a soberania do país. Portanto, apesar de análises que predizem o contrário, a trajetória da Turquia em direção à União Europeia deve perdurar, independente do governo em questão.

PAULA SANDRIN é doutora em Relações Internacionais pela University of Westminster (Reino Unido) e atualmente é professora e coordenadora da graduação do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Seus interesses de pesquisa são: relações entre União Europeia e Turquia, política externa da União Europeia e da Turquia, a questão identitária em conflitos internacionais contemporâneos e abordagens críticas de segurança internacional.

REFERÊNCIAS

BILGIN, Pinar. Securing Turkey through Western-oriented foreign policy. *New Perspectives on Turkey* 40, p. 102-125, 2009.

BOZDAGLIOGLU, Yucel. *Turkish Foreign Policy and Identity. A Constructivist Approach*. London/New York: Routledge, 2003.

COMISSÃO EUROPEIA. Turkey 2007 Progress Report. Bruxelas, 06.11.2007. Disponível em: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2007/nov/turkey_progress_reports_en.pdf. Último acesso em: 04.08.2014.

COMISSÃO EUROPEIA. Turkey 2013 Progress Report. 2013. Disponível em: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/package/brochures/turkey_2013.pdf. Último acesso em: 04.08.2014.

DRORIAN, Sevgi. Turkey: security, state and society in troubled times. *European Security* 14 (2), p. 255-275, 2005.

ERDOGAN, Recep Tayyip. The Robust Man of Europe. *Newsweek*, 17.01.2011. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2011/01/17/the-robust-man-of-europe.html>. Último acesso em 27.09.2011.

INDEPENDENT COMMISSION ON TURKEY. Turkey in Europe – The Imperative for Change. 2014. Disponível em: http://www.independentcommissiononturkey.org/pdfs/2014_english.pdf. Último acesso em 04.08.2014.

KARAOSMANOGLU, Ali. The Evolution of the National Security Culture and the Military in Turkey. *Journal of International Affairs* 54 (1), p. 199-216, 2000.

KINIKLIOGLU, Suat. Turkey's neighborhood policy: reintegration into multiple regions. In: BECHEV, Dimitar (ed.). *What Does Turkey Think*. European Council on Foreign Relations, June 2011. Disponível em: http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR35_TURKEYFINALFINAL.pdf. Último acesso em: 04.08.2014.

ROBINS, Philip. *Suits and Uniforms – Turkish Foreign Policy since the Cold war*. London: Hurst & Company, 2003.